

Formação de Professores no Brasil: leituras a contrapelo, de Olinda Evangelista e Allan Kenji Seki (Org.)

São Paulo: Junqueira & Marin, 2017. 280 p.

Eudite Fernandes Carneiro

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bahia – BA – Brasil
euditinha@hotmail.com

A coletânea reúne textos de pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina, que constroem argumentos por meio de “[...] uma metodologia de análise documental embasada no referencial marxista” (p.11). A obra é prefaciada por José Carlos Libâneo, que destaca a eficiente atuação do grupo na publicação de artigos e livros sobre políticas públicas educacionais, problematizadas nos oito capítulos que compõem a obra.

No primeiro capítulo, Eneida Oto Shiroma *et al.* discutem o reflexo das ideias neoliberais que dominaram o cenário político brasileiro no interior da escola pública, principalmente a partir dos anos 90. De maneira bastante interessante, dialogam entre o que denominam ser as nove faces da tragédia docente, quais sejam: o professor reconvertido e o professor desqualificado, o professor avaliado, o professor aprendiz, o professor multifuncional, o professor responsabilizado, o professor massificado da EAD, o professor-instrumento e o professor violentado. Para os autores, essas faces demonstram a existência de um professor reprimido frente aos protestos e demandas da categoria pela melhoria salarial e das condições de trabalho.

Cláudia Lino Piccinini e Glória de Melo Tonácio ocupam-se, no segundo capítulo, do debate educacional sobre a valorização docente, considerado meta primordial nos discursos do Estado, que ganhou destaque com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, ao determinar diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nos dez anos seguintes. Destacam as várias lacunas e contradições existentes nas metas do PNE, denunciam o modelo de financiamento empresarial assumido pela educação que “sob o escudo da democratização, se tornou um serviço lucrativo e pontuam que a valorização do

professor [...] não deve significar somente aumento salarial [...], portanto, falar em valorização era e é, além de tudo, resgatar o caráter intelectual da docência” (PICCININI; TONÁCIO, 2017, p. 76). v

No capítulo três, Aline Decker faz uma intensa análise de documentos produzidos pelo Banco Mundial (BM) entre os anos de 2000 e 2014, objetivando o questionamento do seu projeto político de educação e de formação de professores na virada deste século. Alega que o BM apresenta um discurso generalista ao comparar dados educacionais dos EUA com os da América Latina e do Caribe. Destarte, a autora descortina as propostas educativas e reflete sobre as estratégias de persuasão articuladas pelo BM, representando o interesse do capital, ao conferir ao professor uma formação cada vez mais instrumental, outorgando o status de parceria ao setor privado.

Na sequência, no quarto capítulo, Maria Celma Alves complexifica, no âmbito de uma perspectiva crítica, o papel político e ideológico da Rede Kipus, especialmente nas proposições concebidas nos anos 2000, centradas no protagonismo docente e nas diretrizes vinculadas à UNESCO que, com a coordenação de Jacques Delors, constituíram a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, culminando com o Relatório Delors.

Ao consultar diversas fontes, entre elas, Leis, Pareceres, Resoluções e Diretrizes, Maria Helena Michels e Kamille Vaz, no quinto capítulo, traçam um panorama histórico da educação especial, apontando as sucessivas mudanças na concepção de formação docente, iniciadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, de 2006, que retiram do campo da graduação as habilitações em Educação Especial. As autoras exploram, na trajetória da educação especial, as “[...] mudanças e adaptações da escola para atender aos ditames do capital” (MICHELS; VAZ, 2017, p. 164).

No capítulo seguinte, Lêda Letro Ribeiro apresenta concepções da formação inicial do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, entre os anos 2000 e 2010. Para isso, examina diversos documentos oficiais e faz levantamento de produções acadêmicas sobre o tema, incluindo documentos publicados em Seminários Nacionais de Formação de Educadores para a EJA. A autora evidencia as disputas ideológicas e destaca os interesses do capital nas políticas voltadas a essa modalidade educativa.

O sétimo capítulo, escrito por Aline de Souza Mandelí, aborda a formação de professores no Brasil entre 2003 e 2014, período em que houve um crescimento exponencial da oferta de cursos em EAD, tanto nos setores públicos, quanto privados. A autora alega que apesar de o governo manter um discurso voltado para a democratização do conhecimento e o acesso às tecnologias, paradoxalmente as pesquisas demonstraram um

processo de mercantilização do ensino, precarização e aligeiramento da formação docente para suprir as necessidades do capital. Mandeli apresenta dados construídos por meio da análise de documentos e discute os dados quantitativos, com foco no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Para a autora, a UAB pode ser caracterizada pela flexibilização e atendimento às demandas do mercado de trabalho

No último capítulo, Jocemara Triches, examina, em 27 universidades federais, as Diretrizes Curriculares Nacionais e suas mudanças para o curso de Licenciatura em Pedagogia. Ao analisar os documentos, procurou estabelecer relações de aproximação do projeto de formação docente aos “[...] interesses do capital para com a educação nas últimas décadas [...]” (TRICHES, 2017, p. 234). Quando discute o perfil desses licenciandos, a autora sugere que a escola e os professores são responsabilizados pelo sucesso ou não dos alunos, condição que manifesta uma concepção de docência ampliada, na ineficiência e desvalorização dos estudos e na fragmentação dos cursos.

Dentre os inúmeros motivos que levam à indicação do livro, é incontestável o teor reflexivo que a obra imprime, revelando “[...] o quadro trágico da formação e condição docente no Brasil contemporâneo” (p. 12). De fácil leitura, as produções oferecem subsídios para o debate sobre a precarização da escola e do trabalho e formação docente e levantam discussões sobre a necessidade da ruptura, do enfrentamento aos atuais modelos de políticas educacionais, “[...] entre seus conteúdos e as correlações de forças que as produziram” (p. 11), como mediadoras do processo de reprodução do neoliberalismo.

Pelos apontamentos, a leitura é indicada a professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, pesquisadores da área educacional e demais interessados na temática, proporcionando ao leitor uma visão crítica sobre questões cruciais acerca da formação docente, ao evidenciar as ideologias de mercado impostas à educação, desconstruindo o discurso hegemônico da burguesia, cada vez mais estabelecida na razão instrumental da ordem societária do capital.